



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

Conteúdo programático da prova

1) DIREITO CONSTITUCIONAL

Doutrina (noções gerais):

Indivíduo, sociedade, nação, cidadão, Estado e governo. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente. Interpretação e aplicabilidade da norma constitucional. Controle de constitucionalidade. Princípios fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil. Direitos e garantias fundamentais. Da interpretação e aplicabilidade da norma constitucional (diferença entre princípios e regras). Da organização do Estado brasileiro. Da organização dos Poderes. **Do Ministério Público (Novo Perfil Constitucional. Ministério Público Resolutivo e Demandista)**. Da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Direito Positivo:

Da Constituição da República Federativa do Brasil:

Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts. 01 a 04)

Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (arts. 05 a 17)

Título III – Da Organização do Estado (arts. 18 a 43)

Título IV – Da Organização dos Poderes (arts. 44 a 135)

Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira (arts. 170 a 192)

Título VIII – Da Ordem Social

Capítulo II – Seção II – Da saúde (arts. 196 a 200)

Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217)

Capítulo VI – Do meio ambiente (art. 225)

Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso – (arts. 226 a 230)

2) DIREITO ADMINISTRATIVO

Doutrina:

Administração Pública: conceito; elementos; poderes do Estado; organização política e administrativa do Estado; administração pública e governo; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos; natureza e fins da administração pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Figuras da administração indireta: autarquias, fundações públicas; empresas públicas e de economia mista; Servidores públicos. Princípios constitucionais da administração pública. (Direito constitucional Administrativo). Poderes da administração. Atos administrativos. Controle da administração pública. Discricionariedade administrativa e controle judicial. Responsabilidade civil do Estado

Legislação (noções gerais):

Lei 8.666/93 – Licitações e Contratos administrativos

Lei 8.987/95 – Prestação de serviços públicos – concessão e permissão.

3) DIREITO PENAL

Doutrina e Direito Positivo: Princípios do Direito Penal. Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do Concurso de pessoas. Das penas. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a Administração Pública.

Legislação especial:

Lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais

Lei 9.099/95 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Lei 4.898/65 – Abuso de autoridade

Decreto Lei 3.688/1941 – Lei de Contravenções Penais

4) DIREITO PROCESSUAL PENAL

Doutrina e Direito Positivo: Princípios do processo penal. Disposições Preliminares do CPP. Inquérito Policial. Ação Penal. Competência. Das Questões e Processos Incidentes. Da prova. Do juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Das Citações e intimações. Da Sentença. Do Processo comum. Das Nulidades. Dos Recursos em Geral. Das disposições gerais do CPP.

5) DIREITO CIVIL

Doutrina e Direito Positivo: Parte geral: Das pessoas. Dos fatos jurídicos. Do Direito das Coisas. Do Direito de Família. Direito das Sucessões.

6) DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DE ACORDO COM O NOVO CPC/15)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Doutrina e Direito Positivo: Das Normas Processuais Cíveis. Da Função Jurisdicional. Dos Sujeitos do Processo. Dos Atos Processuais. Da tutela provisória. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença (Do procedimento comum. Do cumprimento da sentença). Do Processo de Execução. Dos processos nos tribunais e dos meios.

7) DIREITO COLETIVO

Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor

Lei 8.492/92 – Lei de Improbidade Administrativa

Lei 7.347/85 – Lei da Ação Cível Pública

Lei 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente

Lei 12.651/12 – Novo Código Florestal

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. Curso de Direito Constitucional – Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco – Editora Saraiva
2. Curso de Direito Administrativo - José dos Santos Carvalho Filho, Editora Lúmen Juris
3. Direito Cível – Teoria Geral - Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald – Editora Lumen Júris
4. Direito das Famílias – Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald – Editora Lumen Júris
5. Direito das Sucessões – Maria Berenice Dias – Editora Revista dos Tribunais
6. Curso de Processo Cível (volumes 1, 2, 3, 4 e 5) – Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart – Editora Revista dos Tribunais
7. Curso de Processo Penal – Eugenio Pacelli de Oliveira – Lumen Juris
8. A defesa dos Interesses Difusos em Juízo - Hugo Nigro Mazzilli – Editora Saraiva
9. Manual de Direito do Consumidor – Felipe Peixoto Braga Netto – Editora Jus Podivm
10. Curso de Direito Ambiental – Paulo Affonso Lemes Machado
11. Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro – Marcos Paulo de Souza Miranda